

Queda na relação de troca da agricultura

Para acompanhar o grau de rentabilidade da agricultura, dentre os diversos indicadores mais utilizados e tradicionais, que são apurados pela Fundação Getúlio Vargas, se destacam:

- O índice geral de troca, que mostra a relação entre os índices de preços recebidos e os índices de preços pagos;
- O índice de troca por produto, que mostra a relação entre os índices de preços recebidos pelo produto e o índice de preço pago pelos insumos (sementes, defensivos, combustíveis), serviços e mão-de-obra.

Ao longo do tempo, a agricultura é uma atividade à mercê de movimentos cíclicos de preços, não apenas em razão da influência de fatores conjunturais (doenças, clima, juros, crédito, câmbio), como também dos impactos estruturais ligados à tecnologia, gestão, a produtos sucedâneos, hábitos de consumo etc.

Quando se considera o período pós-Plano Real, em particular, a partir de agosto de 1995, para tirar o efeito do primeiro ano de ajuste do plano sobre os índices, se constata momentos distintos, a partir da análise da relação de troca.

- De 1995 a 1998, houve um aumento no índice de relação de troca, em função da seca nos Estados Unidos e dos preços favoráveis nas commodities agrícolas. Não obstante, uma grande crise afligia o setor com a estabilidade da moeda e seus altos juros reais. Programas como Securitização, PESA e RECOOP

repactuavam dívidas e ajudavam a liquidez do setor.

- De 1999 a 2002, a agricultura, bem saneada financeiramente, ganha força competitiva com a desvalorização do real. Depois de uma queda inicial, em razão do impacto negativo dos insumos importados, a relação de troca se recupera e apresenta oscilação moderada. As exportações aceleram com o câmbio desvalorizado, as doenças nos rebanhos da União Europeia e dos Estados Unidos, as compras chinesas. O fato de os preços das *commodities* agrícolas estarem fracos no mercado internacional não teve influência negativa.

- Em 2003 e primeiro semestre de 2004, a alta desvalorização do dólar junto com a melhoria dos preços das *commodities* internacionais estimula a produção. Os investimentos no setor aquecem e o grau de endividamento cresce de forma substancial (a área se expandiu 11 milhões de hectares desde 2000). Deficiências na infra-estrutura e logística penalizam a renda da agricultura. O País não tem capacidade para absorver e sustentar o aumento na capacidade de produção. Sinais de queda na relação de troca, apurados no primeiro semestre de 2003, perdem força com as compras da China e quebra na safra nacional.

- Segundo semestre de 2004 e 2005: 'despenca' a relação de troca com a valorização do câmbio e o enfraquecimento das *commodities*, com a grande colheita no mundo. Compras chinesas aquecem os preços no mercado mundial

de fretes e das matérias-primas como fertilizantes. Nova quebra na colheita nacional face à estiagem. Rentabilidade baixa na comercialização e compromissos para saldar os investimentos realizados em anos anteriores apertam a liquidez do setor. A ténue recuperação no índice de relação de troca não recuperará o padrão de tecnologia e os investimentos para a safra 2004/05. ■

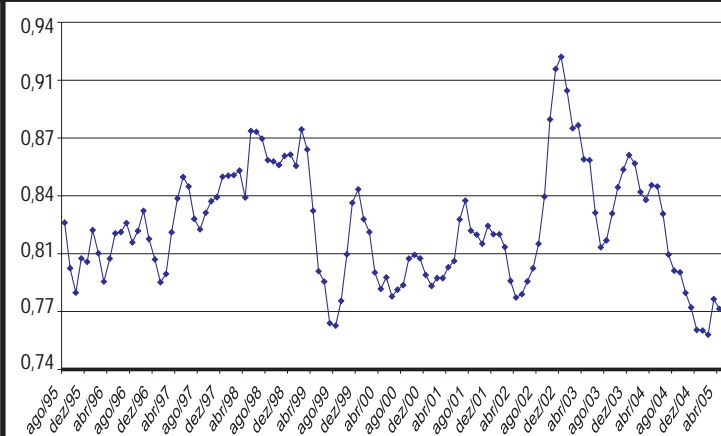
Área plantada deverá recuar entre 2% e 3% nesta temporada

Em meio a um clima cercado de indecisão, com boa parte dos agricultores ainda negociando a 'rolagem' de suas dívidas, o MAPA anunciou a liberação de R\$4 bilhões para financiar custeio e comercialização da safra 2005/06. Apesar do início da liberação de recursos, os rumos da nova temporada agrícola do País seguem indefinidos. Entre as muitas incertezas, há pelo menos um consenso: queda na área plantada e menor padrão de tecnologia.

As notícias do campo indicam um recuo na área plantada com grãos de 2 a 3%, ou até mais, em algumas regiões. Diante do atraso nas compras de insumos, mesmo que a demanda venha a ser igual à da safra passada, por problemas de logística, não será possível abastecer o mercado em relação à queda na área plantada, e a redução do padrão tecnológico terá um impacto maior.

O MAPA também fechou acordo com a área econômica do Governo para prorrogação das duas primeiras parcelas das dívidas de custeio da safra 2004/05. Serão beneficiados pela medida os produtores do Sul do Maranhão, de Tocantins, Piauí, Triângulo Mineiro, da Bahia, do Centro-Oeste, e também da região Sul do País. O vencimento das parcelas tem datas diferenciadas de acordo com a região. No caso do Centro-Oeste, as duas primeiras parcelas vencem em julho e agosto. No caso dos produtores de algodão da Bahia, os vencimentos acontecem em setembro e outubro. Independente- ►

Relação de troca - Índice de Preços Recebidos vs. Índice de Preços Pagos



Fonte: FGV

► mente da data de vencimento, o pagamento das parcelas ficará para março e abril de 2006.

O valor total da prorrogação poderá chegar a R\$1,9 bilhão. Como muitos produtores pagam seus débitos, é impossível calcular o montante prorrogado. As dívidas pagas voltarão para custear a safra do próximo ano. A postergação das dívidas privadas é bem vista, pois cerca de 70% do valor necessário para o custeio da safra é bancado pelos produtores ou por fornecedores de insumos.

A chegada dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), na linha de crédito especial chamada de Giro Rural, de R\$3 bilhões, deve ser outra fonte alternativa de financiamento para o campo, principalmente nas regiões afligidas pela estiagem, como Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. As condições do empréstimo são atrativas: taxa de juros de longo prazo, mais 4% ao ano, com exigência de aval pela agroindústria.

Na Câmara Setorial de Insumos, do MAPA, as projeções setoriais apresentadas pelas entidades e empresas apontam para uma baixa na venda de insumos. Para o calcário, a queda, em milhões de toneladas, deverá ser de 40%, ou seja, de 27,1 para 15,7, segundo a Associação Brasileira de Calcário - ABRACAL. Nos fertilizantes, apesar da menor venda, de 27,4%, no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano passado, a redução não passará de 10%. O maior problema será de logística, face à concentração da demanda. Nas sementes, a taxa de utilização diminuiu. A situação mais dramática será atender à procura da soja transgênica, no Rio Grande do Sul. Quanto aos defensivos, um menor faturamento, da ordem de 20%, será considerado normal. ■

Superávit comercial alcança US\$ 36 bi em doze meses

Nos sete primeiros meses de 2005, as exportações somaram US\$24,273 bilhões, um recorde histórico para períodos de janeiro a julho, e 9% acima do valor exportado no mesmo período de 2004. No acumulado do ano, as importações cresceram 3,1% em relação a igual período do ano anterior, totalizando US\$2,890 bilhões. Como consequência, se registrou um superávit de US\$21,383 bilhões, também um recorde histórico para períodos de sete meses.

Os destaques são os aumentos dos valores exportados pelos grupos de produtos: carnes (34%); açúcar e álcool (65,8%); madeiras e suas obras (7%); café (58,7%); fumo e tabaco (29%); frutas, hortaliças e preparações (9,8%); e leite, laticínios e ovos (12,2%). Em termos de produtos, chama atenção o crescimento das exportações de carne bovina *in natura* (37%); frango *in natura* (25%); carne suína (82%); café em grãos (65%); açúcar (69%); álcool (49%); e leite (37,5%).

Quanto às importações, entre janeiro e julho de 2005, as variações mais significativas ocorreram nas aquisições de leite (87,4%); borracha natural (15,8%); milho (52,6%); e alho (64,2%). As importações de trigo, algodão, arroz diminuíram 19,3%; 76%; e 42%, respectivamente.

Quando se considera os resultados acumulados em 12 meses (agosto/2004 a julho/2005), as exportações brasileiras do agronegócio totalizaram US\$41,044 bilhões, 8,6% acima do valor exportado no período de agosto de 2003 a julho de 2004, que foi de US\$36,669 bilhões. As importações foram 4,3% superiores aos doze meses anteriores, com gastos de US\$ 4,968 bilhões. Como resultado, o superávit comercial acumulado nos últimos 12 meses foi de US\$36,076 bilhões. Tanto as exportações quanto o superávit comercial apresentaram valores recordes. ■

Balança comercial do agronegócio (em US\$ mil)

PRODUTO	JANaJUL/2005 (a)			JANaJUL/2004 (b)			Var.(%) (a/b)	
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP
Complexo da soja	5.449.216	77.528	5.371.688	6.580.694	80.085	6.500.609	-17,2	-3,2
Carnes	4.420.118	52.942	3.966.329	3.310.843	45.055	2.949.382	34,2	16,8
Açúcar e álcool	2.536.271	207	2.536.064	1.529.841	263	1.529.578	65,8	-21,3
Madeira e suas obras	2.205.036	48.793	2.156.243	2.060.713	42.044	2.018.669	7,0	16,1
Papel e celulose	1.916.839	472.434	1.444.405	1.702.575	416.402	1.286.173	12,6	13,5
Couros, peles e calçados	1.760.811	124.633	1.636.178	1.638.318	117.302	1.521.016	7,5	6,2
Café, chá, mate e especiarias	1.512.437	14.814	1.497.623	943.043	13.610	929.433	60,4	8,8
Fumo e tabaco	893.707	18.976	874.731	691.968	14.961	677.007	29,2	26,8
Algodão e fibras têxteis vegetais	705.987	127.863	578.124	692.435	200.030	492.405	2,0	-36,1
Sucos de frutas	686.164	72.977	613.187	649.635	48.191	601.444	5,6	51,4
Frutas, hortaliças e preparações	326.298	217.334	108.964	297.098	161.515	135.583	9,8	34,6
Pescados	231.541	161.891	69.650	238.507	147.198	91.309	-2,9	10,0
Cereais, farinhas e preparações	213.959	688.813	-474.854	731.075	823.410	-92.335	-70,7	-16,3
Cacau e suas preparações	196.057	72.928	123.129	171.571	57.803	113.768	14,3	26,2
Leite, laticínios e ovos	90.908	85.276	5.632	81.024	53.671	27.353	12,2	58,9
Bebidas	35.355	81.108	-45.753	30.439	71.110	-40.671	16,2	14,1
Borracha natural	260	141.713	-141.453	321	122.359	-122.038	-19,0	15,8
Demais produtos	1.092.091	429.760	1.063.178	894.230	387.957	822.679	22,1	10,8
Total geral	24.273.055	2.889.990	21.383.065	22.244.330	2.802.966	19.441.364	9,1	3,1

Fonte: SECEX/MDIC: Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE
Elaboração: DPIA/SRI/MAPA

